



Sucessão presidencial em dois tempos

As decisões tomadas pelo 2º Congresso do PT encerram, na prática, a tentativa de antecipação do debate sobre a sucessão presidencial de 2002. A corrente vitoriosa no encontro conseguiu bloquear o debate sobre as opções do partido para o lugar de Fernando Henrique Cardoso, o que em tese beneficia a principal estrela do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. A hipótese da quarta candidatura de Lula não foi confirmada, é verdade, mas também não foi afastada, o que o fortalece na medida em que o exame do problema sucessório foi adiado para depois das eleições municipais do próximo ano. Isso reduz, por outro lado, o tempo necessário ao lançamento de outras opções competitivas no campo da esquerda.

O resultado do encontro do PT não pode ser avaliado, porém, sem que se leve em conta o quadro político geral do País. A tentativa de antecipar o debate sucessório foi um fenômeno político aparentemente limitado e do qual participaram todas as forças políticas relevantes do País. Sua origem é óbvia: a crise cambial desencadeada pelo moratória da Rússia que teve, como consequência política mais forte, a perda de popularidade do governo e do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No campo das forças governistas, o grupo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez o movimento mais vigoroso para fixar uma opção liberal para 2002. A sua pré-candidatura foi posta, mas não

empolgou com a força que ele provavelmente esperava. O fato, entretanto, de ter se tornado uma alternativa de voto para cerca de 7% do eleitorado nacional não deve ser subestimado, embora esse patamar tenha se mostrado insuficiente para a continuidade da política de enfraquecimento do presidente da República.

A pré-candidatura
de ACM foi posta,
mas não empolgou
com a força que
ele provavelmente
esperava

No campo da centro-esquerda, impulsionado pelo desempenho eleitoral do ano passado, sobressaiu-se o ex-governador Ciro Gomes. Seu partido, o PPS, no entanto, não melhorou a perspectiva de alianças eleitorais capazes de tirá-lo do isolamento. E para completar, a recusa de Ciro pelo PT e seus aliados, classificando-o como "dissidência do sistema", mostrou as dificuldades que ele terá para se impor como líder de uma aliança ampla de centro-esquerda.

O debate sucessório antecipado durou cerca de seis meses, do início de março, quando foram publicados os prognósticos mais sombrios sobre o impacto da mudança cambial sobre a economia, ao fracasso da Marcha dos 100 mil, que a oposição promoveu sobre Brasília no final de agosto. O cenário com que os políticos trabalhavam era de uma recessão econômica profunda, com queda do produto interno que poderia chegar até 8%. Para a esquerda, a tradução desse quadro seria de desespero social, o que sustentaria uma campanha pela destituição do presidente da República.

As forças aliadas contribuíram para formar esse cenário convocando duas CPIs, a

do Judiciário - que era parte da estratégia da candidatura Antonio Carlos - e a dos Bancos, que surgiu como reação do PMDB ao movimento carlista do PFL e à tentativa de expulsar o partido do Governo promovida por uma sutil aliança de bastidores entre setores do PSDB e do PFL. Esse quadro de desarranjo só começou a mudar com a reforma ministerial de julho, que confirmou o PMDB no Governo e instituiu um novo modelo de articulação do Palácio do Planalto com seus aliados no Congresso.

Na semana em que a oposição marchou sobre Brasília, o Governo já era outro. Os números reais da economia indicavam recuperação da atividade.

O comércio externo apresentava o único número realmente ruim, indicando a persistência do déficit na balança comercial. Curiosamente, esse resultado mostrava que a recessão não se aprofundaria, pois as importações não caíram tanto quanto previam as piores expectativas, e que a economia poderia ter até um pequeno crescimento no ano.

A melhora na economia reativou o processo decisório no Congresso e aconselhou o recuo no debate sucessório e esperar as eleições municipais. Diante da recuperação da liderança do Presidente, a oposição também recuou: daí a importância vital que uma simples palavra de ordem - o "Fora FHC" - adquiriu no Congresso do PT. Os "moderados" vitoriosos que reelegeram o deputado José Dirceu presidente da legenda sabiam que seria um erro levantar essa bandeira com o Governo em recuperação e a três anos do final do mandato.